



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quinta-feira	IBovespa nos últimos dias	Na quinta-feira	Últimos	Comercial, venda na quinta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
1,02% São Paulo	182.949	6/fevereiro 5,220 9/fevereiro 5,188 10/fevereiro 5,196 11/fevereiro 5,187	R\$ 1.621	R\$ 6,172	14,90%	14,81%	Setembro/2025 0,48 Outubro/2025 0,09 Novembro/2025 0,18 Dezembro/2025 0,33 Janeiro/2026 0,33
1,34% Nova York	187.766						
	9/2 10/2 11/2 12/2						

CASO MASTER

TCU conclui inspeção no Banco Central

Auditoria encaminhou ao relator o parecer sobre a atuação da autoridade monetária no processo de liquidação do banco de Vorcaro

» RAFAELA GONÇALVES

Está nas mãos do ministro Jhonatan de Jesus, do Tribunal de Contas da União (TCU), o relatório final da inspeção conduzida pelo órgão sobre o processo de liquidação do Banco Master pelo Banco Central (BC). Relator do caso, ele recebeu, ontem, o documento, elaborado pela AudBancos, a Unidade de Auditoria Especializada em Bancos Públicos e Reguladores Financeiros da Corte, responsável por fiscalizar a atuação de instituições financeiras sob controle estatal e de órgãos reguladores.

A expectativa, segundo fontes do Tribubunal, é que o ministro inicie a análise do material após o Carnaval. A estimativa interna é que, uma vez concluída essa etapa, o voto do relator esteja pronto para ser levado ao plenário do TCU em até 40 dias.

De acordo com interlocutores da Corte, o relatório técnico não entra no mérito da decisão do Banco Central de decretar a liquidação da instituição nem aponta irregularidades na condução do processo pela autoridade monetária. O trabalho da equipe de auditoria teria se restringido à análise da documentação que fundamentou a decisão de liquidar o banco controlado por Daniel Vorcaro, em novembro de 2025.

Nesta semana, o ministro determinou a ampliação do nível de sigilo sobre a inspeção. A classificação do processo foi alterada de "sigiloso" para "sigiloso com exigência de autorização específica para acesso". Na prática, o BC deixou de ter acesso automático aos autos e passou a depender de solicitação formal ao gabinete do ministro.

Até então, embora o processo já tramitasse sob confidencialidade, o Banco Central tinha acesso integral aos autos, por ser a unidade fiscalizada e parte diretamente envolvida no procedimento. A medida é considerada incomum, já que, em geral, mesmo as partes investigadas têm acesso aos documentos das apurações.

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



As decisões do relator da inspeção, ministro Jhonatan de Jesus, suscitaram críticas do mercado e do senador Renan Calheiros, presidente da CAE

A alteração, segundo o tribunal, foi realizada a pedido da Secretaria-Geral de Controle Externo, com a justificativa de prevenir vazamentos, inclusive de informações classificadas como sigilosas pelo próprio Banco Central. "Tal procedimento não é inédito, pois já foi aplicado em outros processos no TCU. A solicitação foi deferida pelo relator do processo e contou com a ciência do Banco Central", argumentou o órgão.

O processo tramita sob sigilo no TCU desde dezembro. Inicialmente, o BC tinha acesso por ser parte envolvida. Com a reclassificação determinada por Jhonatan de Jesus, o Banco Central precisará pedir autorização específica sempre que quiser consultar os autos

— uma formalidade adicional imposta ao órgão.

Críticas do setor

Entidades do setor financeiro divulgaram uma manifestação pública conjunta com críticas à decisão do ministro. As instituições cobram do Tribunal uma justificativa técnica, clara e transparente para a limitação imposta ao BC.

"As entidades avaliam que decisões que imponham sigilo em processos de interesse público precisam de motivação e esclarecimentos objetivos à sociedade, não se mostrando compatíveis com os princípios que regem a administração pública, com impactos relevantes à previsibilidade

institucional", afirmaram.

Segundo o grupo, trata-se "de um processo de relevância crítica, com potenciais impactos sobre a estabilidade do sistema financeiro e sobre a confiança nos mecanismos de supervisão e controle. Nesses casos, reforçamos a necessidade de transparência".

A nota é assinada pela Associação Brasileira de Bancos (ABBC), pela Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI), pela Associação Brasileira de Câmbio (Abracam), pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), pela Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima)

e pela Associação Brasileira de Instituições de Pagamento (Abipag).

Também subscrevem o documento a Associação Brasileira de Internet (Abranet), a Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (Fin), a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a Zetta.

Chantagem

Quem também teceu críticas áspers à atuação do TCU foi o senador Renan Calheiros (MDB-AL), presidente da Comissão de Assuntos Econômicas (CAE) da Casa.



Decisões que imponham sigilo em processos de interesse público precisam de motivação e esclarecimentos objetivos à sociedade, não se mostrando compatíveis com os princípios que regem a administração pública"

Entidades do setor financeiro, em nota

Na quarta-feira, ao comentar com jornalistas o encontro que teve com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Renan disse ter abordado as conversas que teve com o presidente do TCU, Vital do Rêgo, e acusou parlamentares do Centrão de constranger o órgão de Contas.

"Contei para o ministro Fachin o clima de constrangimento do Tribunal de Contas da União. Eu estive lá, conversei pormenorizadamente com o presidente Vital do Rêgo. O Centrão chantageou um ministro do Tribunal de Contas para que ele acabasse com a liquidação (do Master, feita pelo Banco Central)", continuou.

O senador criou um grupo de trabalho para acompanhar o caso Master. Renan afirmou que fará o "possível" para elucidar o caso, mas que salientou que o trabalho não pode ser confundido com o de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). "Nós não temos papel de polícia, mas nós podemos ter papel na investigação", falou.

FGC vai custar R\$ 5 bi ao BB

O Banco do Brasil calcula que a sua participação na recomposição do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) terá impacto imediato de R\$ 5 bilhões, segundo informou o vice-presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores da instituição, Geovanne Tobias. Para cobrir o rombo deixado pelo Master, o conselho do fundo aprovou, esta semana, a antecipação do valor correspondente a cinco anos da contribuição feita pelos bancos.

"Já foi decidido, no âmbito do FGC, a antecipação de cinco anos de contribuição. Isso, para o Banco do Brasil, fica em torno de R\$ 5 bilhões", destacou Tobias, ontem, ao comentar os resultados do BB em 2025. "Além disso, vai ter um aumento na contribuição de 50% de forma extraordinária, que vai aumentar provavelmente uns R\$ 450 milhões a R\$ 500 milhões a mais nas despesas financeiras", completou.

De acordo com o executivo, o adiantamento das contribuições terá efeito patrimonial, já que os recursos sairão da tesouraria da instituição, reduzindo o potencial de remuneração atrelado à Selic sobre esse montante. O aumento extraordinário da alíquota, por sua vez, pressionará diretamente as despesas financeiras.

Apesar do impacto relevante, Tobias defendeu a recapitalização do FGC. "Vamos buscar recompor essa liquidez o mais rápido possível, porque a existência do FGC é fundamental para garantir a solidez do sistema financeiro", enfatizou.

Crise de liquidez

O reforço é considerado necessário para restabelecer rapidamente a liquidez do fundo, mas representa um esforço bilionário para os bancos, com potenciais reflexos

sobre o custo do crédito e a rentabilidade do sistema financeiro.

A liquidação extrajudicial do Banco Master, controlado por Daniel Vorcaro, e do Will Bank tende a gerar efeitos em cadeia no sistema financeiro. A crise pode consumir cerca de 30% do caixa disponível do FGC, estimado entre R\$ 41 bilhões e R\$ 47 bilhões, impondo custos adicionais principalmente aos grandes bancos, que respondem por fatia significativa das contribuições.

Em novembro de 2025, o FGC acumulava R\$ 125 bilhões destinados à cobertura de depositantes em casos de intervenção ou quebra de instituições financeiras. Após os desembolsos recentes, a estimativa é que o caixa remanescente para novas coberturas fique em torno de R\$ 78 bilhões.

Para mitigar o impacto sobre o setor, os bancos discutem com o Banco Central a possibilidade

de liberação de parte dos depósitos compulsórios — valores que as instituições são obrigadas a manter recolhidos junto ao BC como instrumento de política monetária e de segurança do sistema. Medida semelhante foi adotada durante a pandemia, quando parcela desses recursos foi liberada para ampliar a liquidez e estimular a economia.

Custo para a sociedade

Segundo o presidente do Itaú Unibanco, Milton Maluhy Filho, o caso pode impactar toda a sociedade ao elevar o custo de instrumentos financeiros no mercado, com reflexos sobre o crédito e o funcionamento do sistema financeiro como um todo.

"Um evento dessa magnitude, no final do dia, acaba gerando um impacto para a sociedade no custo, no custo de captação de novos empréstimos, no preço dos

Reprodução/BB



Apesar do impacto, Tobias considera necessário antecipar o FGC

investimentos. Essa conta vai ser paga. Esse dinheiro 'desaparece' mas sai de outro lugar depois", disse ao apresentar os resultados do banco referentes a 2025.

A proposta em debate prevê um adiantamento equivalente a cinco anos de aportes, o que

representaria um total de cerca de R\$ 30 bilhões para reforçar o caixa do fundo. "O aporte vai ser feito, mas como é que a gente atenua o custo ao máximo para os bancos, e, por consequência, para a sociedade como um todo?", indagou Maluhy. (RG)